

Empregabilidade dos jovens administradores: uma questão meritocrática ou aristocrática?

Ana Heloisa da Costa Lemos[†]

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUCRIO

Veranise Jacobowski Correia Dubeux^Ω

Escola Superior de Propaganda e Marketing - ESPM

Mario Couto Soares Pinto[¥]

Fundação Getúlio Vargas - FGV

RESUMO: O artigo teve como objetivo discutir a pertinência de duas suposições acerca do impacto da educação na inserção profissional de seus possuidores: o estudo de Bourdieu (1988), que questiona a relação entre qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho, e a teoria do capital humano (SCHULTZ,1967), que postula que a educação aumenta a produtividade e a empregabilidade dos indivíduos. Para lograr o objetivo realizou-se um levantamento visando mapear a inserção profissional de formandos em Administração de uma universidade do Rio de Janeiro. Os alunos dessa instituição têm origens econômicas diferentes, o que permitiu uma comparação entre seu posicionamento econômico e seu acesso a oportunidades profissionais. Observadas as condições atuais de inserção profissional dos formandos, separados em grupos em função de sua origem, não foi possível identificar diferenças na qualidade das ocupações obtidas, pois tanto os indivíduos oriundos de famílias mais favorecidas quanto os menos favorecidos obtiveram empregos de qualidade, endossando o pressuposto de Schultz sobre a importância da educação.

Palavras-chave: Empregabilidade; qualificação profissional; teoria do capital humano; estratificação social.

Recebido em 30/01/2010; revisado em 14/07/2010; aceito em 27/07/2010; disponível em 04/02/2011

Correspondência autores*:

[†]Doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro - IUPERJ

Vinculação: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro- PUCRio

Endereço: Rua Marques de São Vivente, 225 – Prédio do IAG. Gávea - Rio de Janeiro – RJ – Brasil
CEP: 22451-900.

E-mail: aheloisa@iag.puc-rio.br
Telefone: (21) 2138-9320

^ΩDoutora em Engenharia Mecânica - UFRJ

Vinculação: Escola Superior de Propaganda e Marketing ESPM - Rio

Endereço: Rua Marques de São Vicente, 225 – Prédio do IAG. Gávea - Rio de Janeiro – RJ – Brasil
CEP: 22451- 900.

E-mail: vdubeux@espm.br
Telefone: (21) 2138-9320

[¥]Doutor em administração pela Puc - Rio

Vinculação: Superintendente do *Management* da Fundação Getúlio Vargas - FGV

Endereço: Praia de Botafogo, 190, 10 andar – Rio de Janeiro - RJ – Brasil - CEP. 22250-900

E-mail: mariocspinto@uol.com.br

Telefone: (21) 3799-9750

Nota do Editor: Esse artigo foi aceito por Antonio Lopo Martinez.



Esta obra está licenciada sob a Licença Creative Commons – Atribuição-Uso não-comercial-Compartilhamento pela mesma licença 3.0 Unported License

1. INTRODUÇÃO

O debate acerca das transformações em curso no mundo do trabalho tem sido pautado, por um lado, pelo discurso que enfatiza a conquista da empregabilidade, apresentada como a principal alternativa para aqueles que querem garantir sua inclusão no disputado mercado de trabalho, e, por outro, por perspectivas críticas a este mesmo discurso, que ora denunciam seu conteúdo ideológico, ora questionam a possibilidade objetiva do aumento da empregabilidade assegurar a referida inclusão.

O discurso que valoriza a empregabilidade enfatiza o aprimoramento da qualificação profissional como importante recurso a ser mobilizado pelos profissionais que pretendem se inserir no mercado de trabalho. A importância que a formação profissional passa a ter, nesse novo contexto, marca a revalorização da principal premissa subjacente à teoria do capital humano (SCHULTZ, 1967): a crença na educação como potencializadora da produtividade e da competitividade dos indivíduos.

A valorização da qualificação profissional, entendida como requisito da empregabilidade, leva à retomada do discurso que enfatiza o papel econômico da educação, central à obra de Schultz, ainda que essa retomada ocorra em bases diferentes do ocorrido na década de 60, quando esta era associada ao crescimento econômico e à integração social dos indivíduos.

No contexto atual, a educação passa a desempenhar novo papel, sendo chamada não mais a promover o desenvolvimento econômico, nos termos preconizados pela teoria do capital humano, mas a aumentar as chances individuais de inserção no mercado de trabalho, em um cenário em que os empregos tornam-se cada vez mais escassos. (CASTEL, 1998; RIFKIN, 2004).

Mas a valorização da qualificação profissional e, por extensão, da educação não é consenso: as críticas a essa perspectiva vêm tanto de autores que focam suas análises diretamente nos pressupostos da teoria do capital humano (RODRIGUES, 1997; MACHADO, 1998; GENTILI, 1999; FRIGOTTO, 2001a; CARDOSO, 2000), quanto de teóricos que, sem considerar essas premissas, acabam por ensejar, pela natureza de suas investigações, o questionamento dos mencionados pressupostos.

Nesse sentido, o trabalho de Bourdieu (1988) acerca das condições estruturais que reproduzem as posições de classe na sociedade capitalista, realizado na França na década de setenta do século passado, também serve de contraponto à abordagem que concebe a

educação como garantidora da inserção qualificada dos indivíduos no mercado de trabalho. Em *A Distinção* (1988), Bourdieu discute a estratificação social da sociedade contemporânea e aborda os mecanismos sociais que reproduzem essa estratificação. Ao destacar que as chances daqueles nascidos no seio das elites sócio-culturais da sociedade se manterem nessa condição em sua vida adulta são tão grandes quanto as chances dos filhos dos menos favorecidos reproduzirem as condições de vida de seus pais, no futuro, Bourdieu ressalta a dimensão estrutural da inserção social, que relega a segundo plano a possibilidade dos esforços individuais, expressos em grande medida pela ampliação do capital cultural, romperem as fronteiras de classes.

A tensão entre o postulado da teoria do capital humano, que considera a qualificação profissional requisito-chave para a obtenção de postos de trabalho de qualidade, e a análise de Bourdieu acerca dos obstáculos enfrentados pelos menos favorecidos para romperem com os condicionantes estruturais de sua inserção social, inspiraram o presente trabalho. Essa tensão motivou o questionamento quanto ao impacto da qualificação, expressa pela obtenção de formação universitária, na empregabilidade dos indivíduos. Dessa forma, buscou-se, por meio de investigação de natureza quantitativa, avaliar tanto a possibilidade da qualificação profissional - expressa na obtenção de diploma de curso superior - ser efetivamente um aspecto decisivo para a obtenção de emprego/trabalho, quanto o eventual impacto de elementos como a origem social e a rede de relacionamentos, na empregabilidade dos indivíduos.

Com o objetivo de esboçar respostas a estas indagações foi realizado, em novembro de 2008, um levantamento visando investigar as condições de inserção no mercado de trabalho de formandos do curso de Administração de Empresas de uma Instituição de Ensino Superior Privada (IES), do Rio de Janeiro. Por meio da aplicação de questionários fechados junto aos formandos do segundo semestre de 2008 na referida IES, procurou-se obter informações que permitissem relacionar as condições de inserção no mercado de trabalho do entrevistado com seu perfil sócio-econômico, visando discutir em que medida as teses de Schultz e Bourdieu estão refletidas na amostra analisada. Dado que todos os entrevistados estavam concluindo sua formação em uma conceituada IES, procurou-se investigar uma eventual relação entre os estratos econômicos de origem destes indivíduos e as características de seu estágio ou emprego, sendo considerado, para esta análise, o tipo de empresa e a remuneração.

Entendeu-se que a possível convergência dos indicadores de emprego de melhor qualidade e origem sócio-econômica privilegiada, por um lado, e o emprego de qualidade

inferior e origem sócio-econômica menos privilegiada, por outro, em uma amostra de indivíduos com a mesma formação profissional, poderiam ser interpretados como um endosso à tese de Bourdieu, acerca da tendência à reprodução das desigualdades sociais.

Por outro lado, a ausência dessas convergências contribuiria para reforçar o argumento de Schultz, sobre a importância da educação como investimento capaz de aumentar a competitividade dos indivíduos. A possibilidade de confirmação desta segunda situação poderia ser um indicador do impacto positivo da educação na trajetória profissional e social de seus possuidores, independente de sua origem social e rede de relacionamentos. Sem a pretensão de apresentar evidências definitivas às questões formuladas, o presente trabalho procurou explorar as relações propostas.

2. MARCO TEÓRICO

2.1 Empregabilidade e retomada da teoria do capital humano

Valorizada por uns e criticada por outros, a categoria empregabilidade está presente no debate contemporâneo em torno do desemprego e da reestruturação produtiva. O discurso que enfatiza a conquista da empregabilidade ressalta a importância de investimentos em qualificação da força de trabalho como recurso para torná-la mais apta a obter postos de trabalho de melhor qualidade e remuneração.

Essa valorização sinaliza a retomada de pressupostos da teoria do capital humano, elaborada por Schultz (1967) na década de sessenta com o intuito explicar a diferença de desenvolvimento econômico entre as nações capitalistas.

A proposição fundamental do autor é a de que, por intermédio do investimento em educação, as pessoas valorizam suas capacidades e estas exercem influência sobre os padrões de acumulação de poupanças e formação de capitais, além de alterarem as estruturas de pagamentos e salários. De forma simplificada, a educação é vista como um investimento que eleva a produtividade e os lucros dos trabalhadores, além de impulsionar o desenvolvimento econômico.

A percepção de que a educação é um investimento e que a capacidade produtiva do trabalho é, em grande medida, um meio de produção produzido, reforça a preocupação com a qualificação do trabalhador, entendida esta como potencializadora do crescimento econômico e das chances individuais de acesso a postos de trabalho melhores. O capital educacional acumulado pelo trabalhador asseguraria não só sua maior produtividade, como explicaria as diferenças individuais de oportunidades de inserção no mercado e de remuneração recebida.

Criticada por abordagens de orientação marxista (GENTILI,1999; 2001;FRIGOTTO, 2001a; 2001b), essa teoria veio a perder parte de seu apelo nas décadas de setenta e oitenta sem, contudo, perder vigência. Todavia, desde finais da década de oitenta, os efeitos da reestruturação produtiva no contingente de empregos disponíveis deu fôlego novo à referida teoria. Após período de relativo ostracismo, a teoria do capital humano voltou a ocupar lugar central nas discussões sobre desemprego, qualidade dos postos de trabalho e crescimento econômico. Essa retomada acrescentou novos termos ao debate sobre o impacto da educação na vida dos indivíduos e das nações, mantendo, entretanto, o cerne do argumento de que o capital humano é o principal propulsor do desenvolvimento econômico.

A valorização da formação profissional da força de trabalho como vetor de melhoria das condições econômicas, seja em nível nacional ou individual, encontra eco em trabalhos recentes de economistas como Menezes-Filho (2006; 2007; 2008), Fernandes e Menezes-Filho (2002), Souza (2007), Ferreira (2000), Soares & Gonzaga (1997), Camargo e Almeida (1994), dentre outros, que corroboram a tese de que a crise de desemprego contemporânea requer investimentos em formação profissional.

Camargo e Almeida (1994), ao analisarem a relação entre investimento em capital humano e pobreza, e Soares & Gonzaga (1997), em estudo sobre a influência da educação na determinação dos salários da força de trabalho brasileira, se apóiam na teoria do capital humano, na medida em que atribuem as diferenças salariais dos trabalhadores aos seus diferentes acervos de instrução.

Não por acaso, um dos resultados destes trabalhos foi o desenho de um modelo de segmentação qualificação-salário, visando discutir a relevância do investimento em políticas de aprimoramento da força de trabalho como forma de diminuir a desigualdade de renda no Brasil. Neste modelo, foram testadas as remunerações de trabalhadores brasileiros contra sua qualificação, objetivando verificar a hipótese de dualidade do mercado de trabalho brasileiro, na medida em que, possivelmente, níveis distintos de qualificação estariam associados a remunerações distintas.

Dado que a conclusão do estudo aponta para a não existência de dualidade no mercado de trabalho brasileiro, afirmaram os autores que “... a educação é um determinante básico do salário e do acesso aos bons postos de trabalho no Brasil. (SOARES e GONZAGA, 1997:3). Segundo os autores, a carência de qualificação básica de parte significativa da força de trabalho de países em desenvolvimento justificaria o investimento em

educação visto que geraria ganhos de salário, de produtividade e, em última instância, mobilidade social.

Também em Ferreira (2000) é possível encontrar idéia semelhante. Seu estudo apontou para uma relação causal entre desníveis educacionais e diferenças de renda entre trabalhadores brasileiros. Há de se ressaltar que este trabalho não levou em consideração elementos de segmentação setorial, geográfico ou de gênero em suas premissas, o que pode gerar questionamentos em relação aos seus resultados. De qualquer forma, para o autor, “*a evidência empírica sugere fortemente que a educação continua sendo a variável de maior poder explicativo para a desigualdade brasileira*” (FERREIRA, 2000:24).

A relação entre escolaridade dos trabalhadores e renda proveniente de salário também é objeto da pesquisa de Menezes-Filho (2006) que visa examinar o impacto da composição educacional da força de trabalho e dos retornos à educação sobre a dispersão dos salários de trabalhadores do sexo masculino. Apesar de o estudo revelar que, no período pesquisado (1977-1997), a melhoria no nível educacional global da força de trabalho não diminuiu a desigualdade entre os salários recebidos, projeção feita pelo autor para os próximos 40 anos (partir de 1997) indica que há uma tendência de diminuição da desigualdade, para as próximas décadas, refletindo a impacto positivo que o aumento da escolaridade tende a produzir, no médio prazo, para o conjunto dos trabalhadores. Em trabalho posterior, Tavares e Menezes-Filho (2008) encontra resultados semelhantes, que, se por um lado revelam que o aumento da escolaridade dos trabalhadores ainda não tem produzido efeito no que tange à diminuição das desigualdades salariais, por outro indicam que, nos próximos anos esse fenômeno tende a se reverter.

De toda forma, a grande desigualdade salarial observada pelo autor entre trabalhadores com escolaridades contrastantes são reflexo do peso da educação na distribuição dos prêmios salariais, no Brasil. Sendo assim quanto maior o *gap* educacional, maior a diferença de remuneração, o que acaba por gerar uma grande iniquidade salarial enquanto o nível médio de educação global da população não se eleva de forma considerável, o que tende a ocorrer nas próximas décadas, conforme indicam projeções do referido autor.

De forma conclusiva, pode-se postular que as premissas subjacentes à teoria do capital humano sustentam a valorização que a qualificação profissional vem recebendo no Brasil, nos últimos anos. Premidos pela competição acirrada por postos de trabalho, indivíduos procuram investir recursos crescentes, com vistas à melhoria de sua formação profissional, na esperança de aumentar sua empregabilidade. Cabe indagar, no entanto, se esse investimento

efetivamente garante maior competitividade a seus detentores, independente de sua origem social, ou se resulta em uma promessa que se apresenta de forma desigual a seus possuidores: real, para aqueles que combinam uma melhor qualificação profissional com atributos que remetem à sua origem sócio-econômica, ou ilusória, para aqueles cujo único diferencial é uma formação de melhor qualidade.

2.2 As condições de reprodução das desigualdades sociais

Ao estudar a estratificação social da sociedade contemporânea, tendo como referência a França da década de setenta, Bourdieu (1988) ressalta as condições estruturais que reproduzem as desigualdades sociais. Ao localizar os diferentes estratos sociais a partir de sua maior ou menor detenção dos capitais cultural e/ou econômico, o autor amplia a visão acerca da estratificação social da sociedade capitalista. Segundo Bourdieu, para se entender o deslocamento social de determinado indivíduo, é necessário mapear sua origem social.

O resultado de sua pesquisa questiona o entendimento tradicional, baseado na ideologia meritocrática, de que em sociedades capitalistas a mobilidade social é resultado do esforço individual. Como indicadores da tendência à reprodução das desigualdades sociais, Bourdieu destaca que:

41,7% dos filhos de profissionais liberais e 38,9% dos filhos de engenheiros, de funcionários administrativos superiores ou médios ou técnicos de empresas, ocupam postos administrativos e de direção geral frente a 25,7% de conjunto. Pelo contrário, 47,9% dos filhos de operários qualificados, e 43,8% dos filhos de contramestres e de 41,1% dos filhos de técnicos cumprem funções de produção, fabricação ou manutenção frente a 29,7% do conjunto. (BOURDIEU, 1988:133).

Tal constatação se vincula a outra, relativa à remuneração recebida por estes trabalhadores. Segundo o autor:

... os quadros superiores originários de famílias de empregados recebiam em 1962 um salário anual médio de 18.027 francos frente a 29.470 francos para os filhos de industriais ou de grandes comerciantes; os engenheiros filhos de assalariados agrícolas e de agricultores autônomos recebiam 20.227 francos frente a 31.388 francos para os filhos de industriais e grandes comerciantes. (BOURDIEU, 1988:133).

Com esses e outros resultados de pesquisa, Bourdieu reforça a tese de que os filhos dos detentores de maior capital econômico ou cultural tendem a reproduzir essas heranças, da mesma forma que os filhos dos possuidores de menor capital têm menores chances de aumentarem seu capital, seja cultural ou econômico. Igualmente impactante seria a constatação de que há “vocações” (BOURDIEU, 1988) sociais, direcionando filhos de classes mais abastadas para os melhores postos de trabalho, da mesma forma que os oriundos das

classes trabalhadoras se encaminham para posições de menor visibilidade e/ou remuneração. Assim, os filhos das elites econômicas e culturais direcionam-se, em sua maioria, para carreiras universitárias e para o gerenciamento dos negócios da família, enquanto os filhos de trabalhadores pouco qualificados direcionam suas aspirações profissionais para carreiras que requerem menor qualificação, condicionando trajetórias individuais a trajetórias de classe, respeitadas algumas exceções.

Tais “vocações” conduziriam mais facilmente os filhos de portadores de diplomas de nível superior a uma formação semelhante e, principalmente, teriam o poder de potencializar o uso deste diploma pelos detentores de melhores condições sociais quando comparados aos filhos de trabalhadores menos qualificados, ainda que estes também alcancem nível superior.

O autor destaca, ainda, que os filhos das elites, além de serem líderes na obtenção dos diplomas, são também os que sofrem menos os efeitos da desvalorização dessa formação decorrente da popularização dos cursos superiores.

O crescimento do número de bacharéis (e mesmo de detentores de diplomas do ensino médio), inclusive aqueles oriundos de estratos menos favorecidos econômica e culturalmente, tende a desvalorizar essa formação, mas esse efeito atinge muito mais o segundo grupo do que o primeiro. No caso da França, Bourdieu atribui esse efeito à origem social do possuidor do diploma, pois *“a titulação vale o que vale econômica e socialmente seu possuidor, sendo o rendimento do capital escolar função do capital econômico e social que pode ser dedicado a sua valorização”* (BOURDIEU, 1988:133).

Além do capital econômico e cultural, Bourdieu destaca também a importância do capital social, *“capital de relações mundanas que podem, dependendo do caso, proporcionar ‘apoios úteis’, capital de honorabilidade e de respeitabilidade que é indispensável para se atrair ou assegurar a confiança da boa sociedade”* (BOURDIEU, 1988:118). Esse capital, combinado à educação formal superior, potencializa as chances do diplomado em converter a formação recebida em capital econômico. Em outros termos, aquele ativo abre as portas aos bons empregos, à boa clientela, aos bons contatos que, em última instância, permitem aos filhos das elites econômica e/ou cultural reproduzirem sua condição social.

Sem negar a importância do capital cultural como reproduzidor da condição de membro das elites cultural e econômica, na medida em que este ativo pode ser convertido em capital econômico, os argumentos de Bourdieu permitem relativizar o impacto da educação superior formal na empregabilidade de seu possuidor, dado que este tende a ser mais intenso para

aqueles que detêm condições capazes de combinar os diversos tipos de capital mencionados. Dessa forma, a educação não seria um recurso que amplia, *a priori*, as chances de ascensão social de todos os seus possuidores, visto que estas seriam resultantes da combinação deste ativo com outros tipos de capital. Logo, uma formação superior em uma universidade de renome, ainda que possa abrir portas para os diplomados oriundos das classes populares, provavelmente não abrirá as mesmas portas que se apresentam aos originários das classes dominantes.

Ademais, a condição de detentor de maior capital cultural - expresso na obtenção de diploma de curso superior - está, segundo o autor, fortemente condicionada pela origem social, pois a probabilidade de filhos das elites econômica e/ou cultural obterem esses diplomas é sensivelmente superior à probabilidade dos filhos daqueles que possuem pouco capital econômico e cultural alcançarem esse mesmo objetivo.

Apesar do estudo de Bourdieu ter como referência a sociedade francesa nas décadas de sessenta e setenta, suas conclusões permitem refletir sobre a realidade brasileira contemporânea, pois o impacto positivo do capital social e da origem familiar do detentor de diploma de curso superior na inserção profissional e social de seu detentor está longe de ser um fato alheio ao nosso contexto social.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Com o objetivo de explorar a pertinência das considerações de Bourdieu acerca da reprodução das desigualdades sociais e de Schultz, sobre o impacto da educação na competitividade dos indivíduos, realizou-se um levantamento visando mapear as condições de inserção no mercado de trabalho dos formandos (ao final do último período) do curso de graduação em Administração de Empresas de uma IES particular.

A opção por um levantamento deveu-se ao fato dos pressupostos conceituais considerados partirem de uma perspectiva macro, o que motivou os pesquisadores a adotar uma estratégia de investigação que permite fazer inferências acerca de tendências de uma população (CRESWELL, 2007). Pretendeu-se, com essa investigação, contribuir para um melhor entendimento das relações entre a empregabilidade de um grupo de indivíduos, sua educação formal e sua origem social

As principais variáveis consideradas no levantamento buscaram identificar a condição empregatícia do formando, a empresa em que trabalha, o salário recebido e o perfil sócio-econômico, este último delineado a partir de perguntas relativas à renda familiar, bairro de

residência, escola em que estudou, formação e profissão dos pais e frequência de viagens ao exterior. Essas variáveis foram contempladas através de perguntas fechadas do questionário elaborado pelos próprios pesquisadores.

O levantamento foi realizado com base no referido questionário distribuído a todos os formandos no dia da apresentação dos trabalhos de conclusão do curso de graduação. O instrumento foi entregue por professores aos formandos, após breve explicação sobre seu propósito, e recolhido logo após o preenchimento. Com esse procedimento obteve-se resposta de todos os formandos do segundo semestre de referida IES, totalizando 115 indivíduos. Conforme apontado anteriormente, a pesquisa objetivou identificar possíveis correlações entre a qualidade do emprego do entrevistado, sua educação formal e origem sócio-econômica.

Os dados, coletados em questionários impressos, foram armazenados em banco de dados do Excel para Windows (Microsoft Corporation). A análise e interpretação dos dados obtidos na fase descritiva da presente pesquisa foram feitas com o auxílio do software SPSS v17 (*Statistical Package for the Social Science*) para Windows, através da utilização das seguintes ferramentas estatísticas: análise de dados relacionados com a frequência simples e acumulada, média e desvio padrão e testes estatísticos t e z para comprovar a diferença da distribuição das médias amostrais dos grupos analisados. Com o propósito de comparar os parâmetros estatísticos (média salarial dos grupos em estudo) relacionados aos pressupostos de Bourdieu, empregou-se o teste de hipóteses chamado comparação de médias, permitindo a inferência estatística destes dados (Kazmier, 2007).

Os dados gerados neste processo foram analisados considerando, sobretudo, a tese de Bourdieu relativa às condições estruturais de reprodução das desigualdades sociais. No levantamento em questão estas seriam manifestas na possível tendência dos indivíduos de maior renda familiar - privilegiados na esfera econômica - terem empregos de melhor qualidade, em empresas de médio ou grande porte e com maiores salários, do que aqueles de origem menos abonada, não obstante terem ambos a mesma formação universitária.

Entendeu-se que a possível confirmação dessa tendência reforçaria a pertinência das considerações de Bourdieu para estudar a dinâmica do universo da inserção no mercado de trabalho de egressos de cursos superiores, no Brasil. Por outro lado, uma eventual rejeição da tese de Bourdieu poderia ser interpretada como um reforço dos pressupostos de Schultz acerca da importância da educação.

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 A demarcação dos subgrupos da análise

Para iniciar a análise dos resultados obtidos buscou-se criar filtros capazes de identificar subgrupos dentro da amostra de 115 respondentes. Tendo com referência as questões ensejadas a partir da leitura de Bourdieu, explorada em item anterior, os filtros selecionados referem-se à renda familiar, condição (ou não) de bolsista integral na universidade, frequência de viagens ao exterior - por serem entendidos como indicadores das condições econômica e cultural dos indivíduos pesquisados - além da escolaridade dos pais e domínio de línguas estrangeiras pelos formandos - variáveis indicativas, nos termos de Bourdieu, do capital cultural de seus detentores. O foco nestas variáveis pretendeu conformar grupos, que reunissem, de um lado, os indivíduos menos privilegiados economicamente, do conjunto analisado, e do outro, os mais favorecidos.

A aplicação destes filtros permitiu a identificação de três grupos reunindo, respectivamente, os “de origem social menos favorecida” (Grupo A), os “intermediários” (Grupo B) e os “de origem social mais favorecida” (Grupo C), vide Tabela 1. Essa categorização visou atender, sobretudo, às considerações feitas por Bourdieu acerca das condições mais ou menos favoráveis que os indivíduos têm em transformar o capital cultural obtido através da educação formal em capital econômico, que segundo o autor, variaria em função da origem econômica e social de seus detentores. À luz dessas considerações, entendeu-se que a análise requereria a identificação de grupos com a situação social mais contrastante, possível.

Tabela 1: Distribuição da renda mensal bruta familiar de todos os entrevistados

Renda mensal bruta familiar	Frequência	Percentual	Sub-grupos	Grupos analisados
Até R\$ 2.000,00	6	5,2	17% (26 – 6 indivíduos que não têm bolsa integral = 20)	Grupo A
Entre R\$ 2.001,00 e R\$ 5.000,00	20	17,5		
Entre R\$ 5.001,00 e R\$ 8.000,00	16	13,9	47,0%	Grupo B
Entre R\$ 8.001,00 e R\$ 12.000,00	21	18,2		
Entre R\$ 12.001,00 e R\$ 16.000,00	17	14,8		
Acima de R\$ 16.001,00	35	30,4	30,4%	Grupo C
TOTAL	115	100,0		

Fonte: Elaborado pelos autores.

O primeiro grupo, denominado “Grupo A”, reuniu, do total dos 26 indivíduos com renda familiar abaixo de R\$ 5.000,00, os 20 que combinavam essa condição com a de bolsista integral (logo, 17% do total de indivíduos entrevistados), conforme indica a Tabela 1. Dentre esses vinte indivíduos, quatro (20%) têm renda familiar inferior a R\$ 2.000,00 - o que os

coloca em condição ainda menos favorecida economicamente. A maioria dos integrantes desse grupo (89%) cursou o ensino médio em escolas públicas.

O cruzamento da renda familiar destes indivíduos com o número dos integrantes das respectivas famílias permitiu estimar uma renda per capita de R\$ 641,90. No que tange ao domínio de línguas estrangeiras, relevante indicador do capital cultural de seu detentor, constatou-se que 20% não se consideram fluentes em nenhum idioma, 75% são fluentes em inglês e apenas 5 % são fluentes em mais de um idioma (Tabela 2). Outro item indicativo da condição de elite econômica e cultural, a frequência de viagens ao exterior, revelou-se pouco expressivo para o grupo, pois 85% nunca viajaram para fora do país (Tabela 3).

Tabela 2: Domínio de Idiomas

	Grupo A	Grupo C
Idiomas	Percentual	Percentual
Nenhum	20,0	0,0
Um	75,0	62,9
Dois	5,0	34,3
Três	0,0	2,9
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: Elaborado pelos autores.

Tabela 3: Viagem ao Exterior

	Grupo A	Grupo C
Viagem ao exterior	Percentual	Percentual
Sim	15,0	100,0
Não	85,0	0,0
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: Elaborado pelos autores.

A escolaridade dos pais dos integrantes deste grupo também foi analisada e comparada com a dos pais dos indivíduos do grupo “mais favorecido”, denominado Grupo C (renda acima de R\$16.000,00), conforme indica a Figura 1, pois, segundo Bourdieu, essa seria uma condição que identifica os indivíduos como filhos (ou não) de uma elite cultural. A diferença sensível entre a escolaridade dos pais dos indivíduos deste grupo e a dos pais dos integrantes do grupo com maior renda familiar reforçou a percepção da origem menos privilegiada do primeiro grupo.

Apesar de, mesmo o grupo identificado como menos favorecido, possuir renda familiar bastante elevada para os padrões brasileiros - viés inevitável ao se pesquisar formandos de uma IES particular de renome - pôde-se constatar, pela análise das demais variáveis, que este reunia os indivíduos menos favorecidos socialmente do conjunto de estudantes.

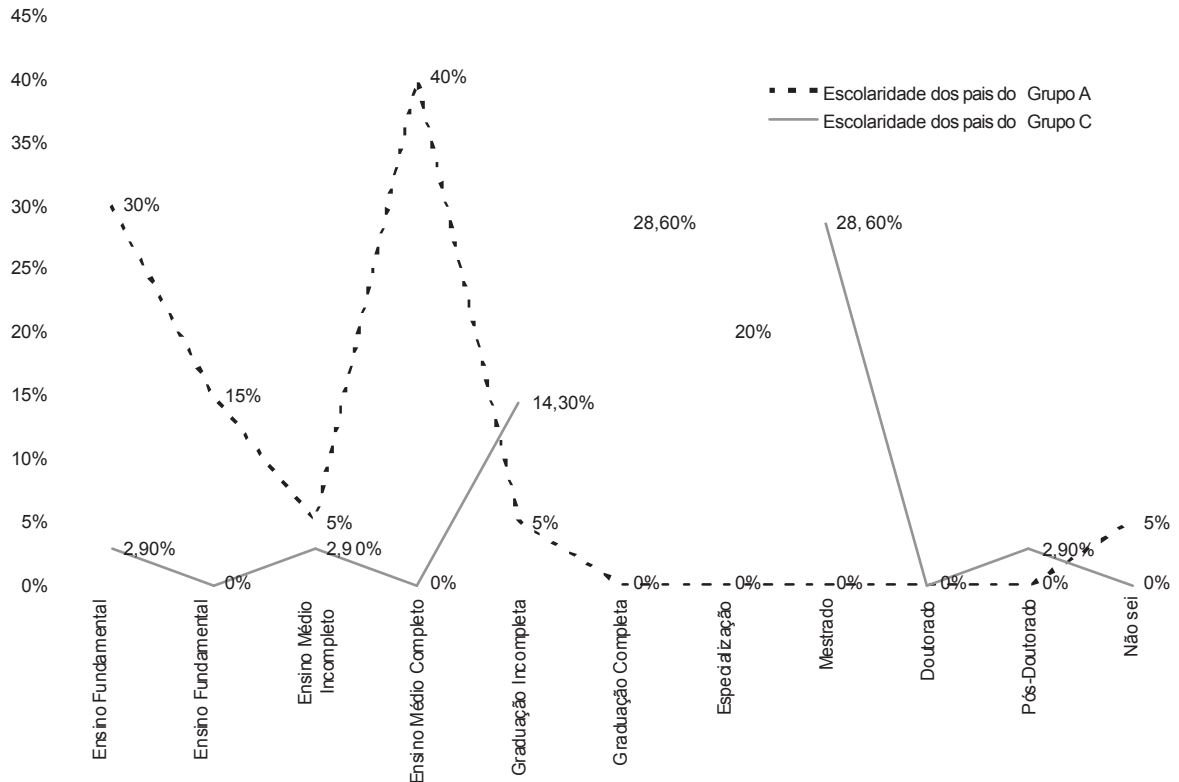


Figura 1: Escolaridade dos Pais
Fonte: Elaborado pelos autores.

O segundo grupo (Grupo B) foi formado pelos indivíduos com renda mensal familiar entre R\$ 5.001,00 e R\$ 16.000,00 (47%). Apesar de evidentemente mais favorecido do que o anterior no que tange à condição econômica e dispor de renda que o qualifica indubitavelmente como elite econômica no Brasil, não foi considerado, para efeito da presente análise, posto que as posições de maior contraste entre o primeiro e terceiro grupos se prestavam melhor à discussão orientada pelas considerações de Bourdieu sobre a reprodução das desigualdades sociais.

O terceiro grupo, Grupo C, (30,4%) reuniu os indivíduos com renda familiar superior a R\$ 16.001,00, valor distintivo de sua condição de elite econômica. À renda elevada somaram-se outras variáveis capazes de confirmar sua posição privilegiada na esfera econômica: todos os integrantes estudaram exclusivamente em escola particulares e nenhum possuía bolsa de estudos. A escolaridade dos pais destes formandos também foi considerada para delinear sua condição privilegiada, pois conforme afirma Bourdieu, este é um importante indicador do capital cultural herdado pelo filho. Constatou-se que, enquanto nas famílias com

maior renda, 80,1% dos pais possuíam pelo menos curso superior, não sendo raros os casos de pós-graduações (51.5% do total dos pais), nas famílias com menor renda não há nenhum caso de graduados entre os pais (Figura 1). Cabe apontar, ainda, que cerca de 45% dos pais dos entrevistados oriundos de famílias com menor renda possuem, no máximo, o ensino fundamental completo, o que contrasta com apenas 2,9% dos pais dos mais favorecidos, nessa condição. Esses dados configurariam, nos termos do autor, uma condição privilegiada para os segundos, dado que os filhos das elites culturais tendem a reproduzir a “vocação” (BOURDIEU, 1988) para carreiras universitárias dos pais. O domínio de línguas estrangeiras, outro indicador de uma condição cultural e econômica privilegiada, notadamente o inglês, apareceu em 100% das respostas dos membros do grupo. Além da fluência desse idioma, 37% relataram ser fluentes em pelo menos mais um idioma (na maioria dos casos, espanhol), reforçando sua condição de elite cultural (Tabela 2). Viagens internacionais - outro indicador importante de uma origem privilegiada - fazem parte da realidade desses indivíduos, pois todos já estiveram pelo menos uma vez no exterior e 66% afirmam viajar regularmente ao exterior à passeio (Tabela 3). A combinação dessas cinco variáveis permitiu identificar esses indivíduos como oriundos de uma elite econômica e cultural.

4.2 Principais considerações analíticas

Ao investigar as condições que levam à reprodução das desigualdades sociais, Bourdieu ressalta que os mais favorecidos tendem a ter mais vantagens para fazer valer a titulação recebida, que se expressa na obtenção de oportunidades de trabalho de qualidade, em função de sua rede de relacionamento (ou de seus pais), que configuraria o denominado capital social. Com base nessa premissa, um dos aspectos analisados na pesquisa diz respeito à forma como os entrevistados obtiveram suas ocupações. Ao serem indagados quanto à forma como tiveram acesso ao atual emprego ou estágio, constatou-se que, enquanto apenas 11,8% dos indivíduos com menor renda (Grupo A) informaram ter obtido a vaga contando com indicações de conhecidos e familiares, os de maior renda (Grupo C), contaram com quase o dobro de indicações de familiares e colegas (21,7%). A importância do capital social, conforme ressalta Bourdieu, potencializa as chances dos detentores de capital cultural (no caso, a formação superior) converterem em capital econômico a formação recebida. Os conhecimentos são um recurso a mais, um capital adicional à disposição dos possuidores de maior capital econômico, o que confere a seus detentores melhores condições do que o grupo menos favorecido economicamente de transformar a formação superior conquistada em capital econômico (Figura 2). A importância da rede de relacionamentos também aparece,

para esses mesmos grupos, ao se considerar a opção “indicação de colega da faculdade”, só que, nesse caso, em uma curiosa inversão: enquanto 23,5% dos menos favorecidos (Grupo A) foram indicados por colegas, apenas 8,7% dos mais favorecidos (Grupo C) relataram esta situação. O peso das indicações dos colegas (23,5%) em contraste com a menos expressiva indicação dos familiares, (11,8%) para os menos favorecidos, sugere que, para estes indivíduos, a rede social construída na esfera universitária tem relevância e compensa, ao menos em parte, a carência de contatos externos à Universidade, capazes de abrir-lhes portas para o mundo do trabalho.

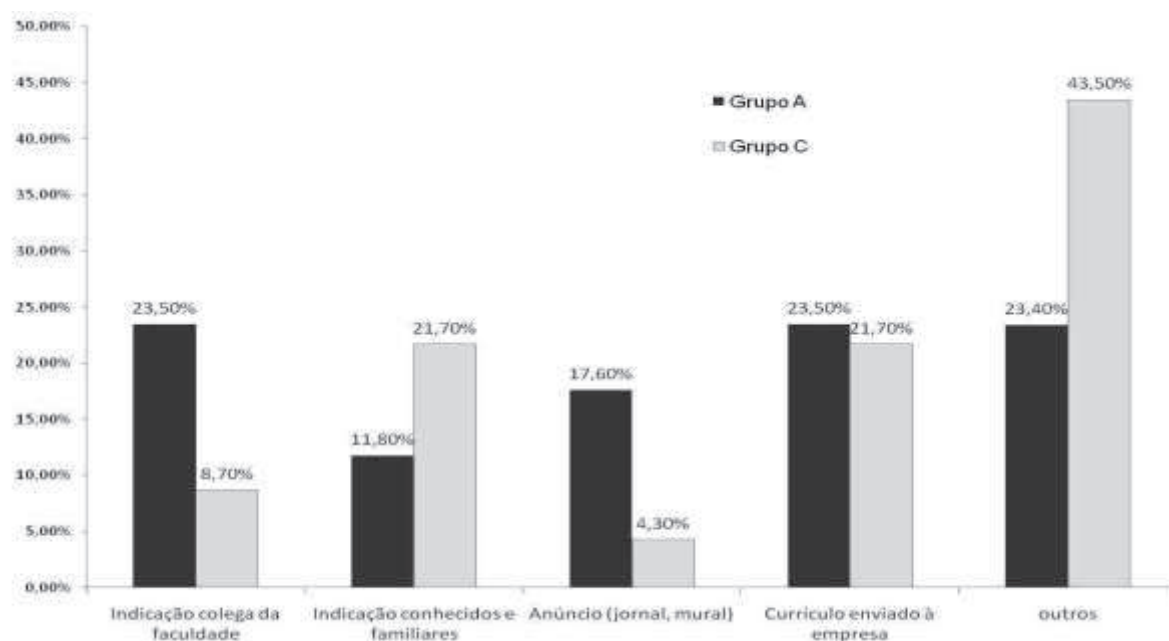


Figura 2: Gráfico com os percentuais da forma de obtenção das informações/contatos sobre as oportunidades de emprego.

Fonte: Elaborado pelos autores

Apesar de relevante à luz dos pressupostos teóricos considerados, a forma de obtenção da ocupação não é um indicador capaz de explicar, sozinho, a condição privilegiada de parte dos indivíduos pesquisados. A obtenção de um posto de trabalho - sinalizando a atratividade do indivíduo para o mercado de trabalho - e a qualidade desta inserção - expressa pela natureza da organização empregadora e pela remuneração recebida - são as principais dimensões a serem consideradas. Sendo assim, observou-se a inserção dos formandos no mercado de trabalho, isto é, sua empregabilidade.

No grupo identificado como o dos menos favorecidos (Grupo A), constatou-se que 90% dos indivíduos estavam trabalhando na ocasião do levantamento, o que indica uma taxa

de empregabilidade superior a do grupo mais favorecido (67,6%) e superior a amostra pesquisada (115), pois, analisando o conjunto, registrou-se que 81% do total de formandos já estavam inseridos no mercado de trabalho (Figura 3).

Esses resultados apontam tanto para uma taxa de empregabilidade elevada dos estudantes de referida IES, às vésperas de sua formatura, quanto para uma taxa particularmente elevada entre aqueles com renda familiar mais baixa (Grupo A). Analisados isoladamente, esses resultados parecem reforçar a tese de Schultz acerca do potencial da educação como potencializadora da competitividade de seus possuidores do que o argumento de Bourdieu sobre os diferentes valores que o capital cultural pode assumir, em função da origem sócio-econômica de seu detentor. Todavia, sem a análise da qualidade dos postos de trabalho obtidos pelos componentes destes grupos, seria prematuro confirmar essa percepção.

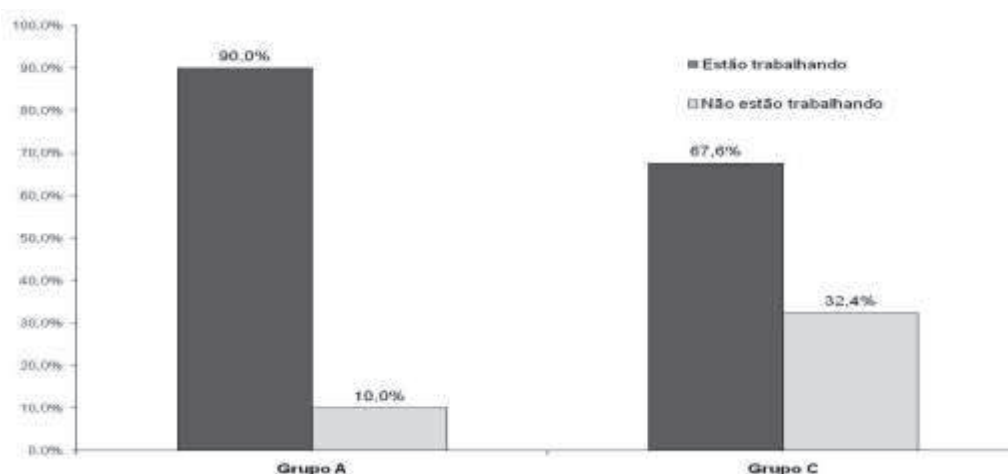


Figura 3: Condição empregatícia por faixa de renda familiar
Fonte: Elaborado pelos autores.

Para investigar qualidade dos postos de trabalho obtidos consideraram-se dois aspectos: o perfil das empresas e a remuneração média recebida pelos indivíduos dos dois grupos. Levando em conta que as empresas de grande porte tendem a remunerar melhor, oferecer mais benefícios e oportunidades de ascensão profissional, além de terem processos seletivos mais disputados, a obtenção de emprego ou estágio nestas empresas seria um indicador pertinente da qualidade da ocupação. Partindo deste pressuposto, analisou-se o perfil das empresas que contrataram indivíduos dos dois grupos - com ênfase no porte e na área de atuação - e constatou-se que, para a amostra pesquisada, não há diferenças sensíveis no que diz respeito às condições de inserção no mercado de trabalho dos indivíduos possuidores de maior e menor renda, a julgar pelas empresas relacionadas.

Tanto integrantes do Grupo A, quanto do grupo C conquistaram vagas em empresas multinacionais de grande porte, tradicionalmente alvo da cobiça dos egressos das melhores universidades do país. Também é semelhante a distribuição dos indivíduos dos dois grupos pelas empresas de menor porte, o que sugere que não há distinções entre as inserções dos indivíduos destes grupos, quando se observa o prestígio e o porte da empresa.

O outro indicador da qualidade dos postos de trabalho considerado, a remuneração média, pode ser visualizada no Quadro 1 que consolida as informações referentes à remuneração recebida pelos integrantes dos grupos A e C .

No mesmo quadro apresenta-se também a distribuição da remuneração dos grupos e o desvio padrão amostral dos mesmos. Ressalta-se que há uma diferença entre a remuneração média dos dois grupos, ou seja, o Grupo C tem uma remuneração média 33% maior do que o Grupo A. Essa diferença deve ser relativizada, no entanto, pois o desvio-padrão amostral do Grupo C é 123% maior em relação ao do Grupo A, indicando uma grande dispersão entre as remunerações recebidas, o que torna essa comparação entre as médias pouco conclusiva. Ao observar-se as frequências individuais do grupo C, percebe-se que dois indivíduos, com remuneração superior a R\$ 4.001,00 respondem, em grande medida, pelo desvio para cima da média do grupo.

Essa constatação motivou a realização de uma análise baseada na inferência estatística sobre a distribuição das médias salariais, posto que a análise anterior, baseada somente nos cálculos das médias pontuais, mostrou-se limitada.

	Grupo A	Grupo C
Remuneração dos respondentes	Frequencia (fi)	Frequencia (fi)
Até R\$ 1.000,00	3	6
Entre R\$ 1.001,00 e R\$ 2.000,00	11	7
Entre R\$ 2.001,00 e R\$ 3.000,00	4	4
Entre R\$ 3.001,00 e R\$ 4.000,00	0	4
Entre R\$ 4.001,00 e R\$ 5.000,00	0	1
Acima de R\$ 5.001,00	0	1
Tamanho da amostra	18	23
Média da amostra	R\$ 1.555,56	R\$ 2.065,22
Desvio padrão da amostra (S)	R\$ 621,13	R\$ 1.377,65

QUADRO 1: DISTRIBUIÇÃO DA REMUNERAÇÃO MÉDIA DOS GRUPOS A E C

Fonte: Elaborado pelos autores.

A inferência estatística sobre a distribuição das médias salariais buscou identificar possíveis variações entre as remunerações médias recebidas pelos integrantes dos Grupos A e C. As considerações de Bourdieu acerca da tendência à reprodução das desigualdades sociais ensejaram a formulação de hipóteses para a realização dos testes *t* e *z* aplicados, visando

identificar possíveis diferenças entre as remunerações dos dois grupos. As referidas hipóteses pressupõem que a convergência dos indicadores de remuneração elevada no emprego e origem sócio-econômica privilegiada, por um lado, e remuneração baixa no emprego e origem sócio-econômica menos privilegiada, por outro, em uma amostra de indivíduos com a mesma formação profissional, poderia ser interpretada como um reforço à tese de Bourdieu, acerca da tendência à reprodução das desigualdades sociais, na medida em que indicariam uma vantagem salarial passível de ser associada à origem social.

Com nível de significância de 5% foi feito um teste de hipótese da diferença de duas médias amostrais, com uma margem de erro (E) de 2,5%. As hipóteses formuladas para o teste são as seguintes:

- Hipótese nula: a média salarial populacional dos indivíduos do Grupo A é igual a dos indivíduos do Grupo C ($\mu_A = \mu_C$)
- Hipótese alternativa: a média salarial populacional dos indivíduos do Grupo A é menor a dos indivíduos do Grupo C ($\mu_A < \mu_C$)

Uma abordagem que pode ser utilizada para decidir rejeitar ou não a hipótese nula está baseada numa probabilidade chamada valor-p (Quadro 2). Se assumirmos que a hipótese nula é verdadeira, o valor p é a probabilidade de se obter um resultado de amostra que é pelo menos tão improvável quanto aquele observado, se o valor p é menor do que o nível de significância (α), a hipótese nula pode ser rejeitada (Huff e Levine, 2000).

t teste unilateral: supondo distribuição populacional Normal	
Para um NC = 95%, α será de 2,5%	Grupo A e C
Diferença da média amostral	(R\$509,66)
S ² (estimador agrupado da Variância populacional)	1.178.362,72
t teste	-1,49
Tamanho da amostra do grupo A	(n _A = 18 n _C = 23)
Número de graus de liberdade (n _A +n _C -2)	39
Valor Crítico da Distribuição t (t crítico)	-2,0227
Valor-p	Está entre 20% e 10%
z teste unilateral: considerando que a amostra seja grande o suficiente para trabalhar com o z teste	
Para um NC = 95%, α será de 2,5%	Grupo A e C
Valor Crítico da Distribuição Normal de Probabilidades (z crítico)	-1,64
z teste	-1,58
Valor-p	5,71%

QUADRO 2: TESTE DAS HIPÓTESES DA PESQUISA

Fonte: Elaborado pelos autores.

Como o valor-p dos testes z e t são maiores do que o nível de significância de $\alpha = 0,5\%$, a hipótese nula não é rejeitada, ou seja, a média salarial populacional dos indivíduos do Grupo A é igual a dos indivíduos do Grupo C ($\mu_A = \mu_C$), invalidando a hipótese alternativa que pressupõe vantagem, em termos de remuneração, para os oriundos de famílias mais favorecidas economicamente.

Os resultados dessas análises podem ser interpretados como reforço à tese de Schultz sobre o impacto da educação no aumento da produtividade e competitividade dos seus possuidores, na medida em que se delinea, para a amostra investigada, como equalizadora das condições de competição de seus detentores. As diferenças sociais identificadas entre os dois grupos focados (A e C) não sobressaíram na análise de suas condições de inserção no mercado de trabalho. A julgar pelas posições obtidas pelos formandos do ano investigado, não há como considerar válida a afirmação de Bourdieu de que os mais favorecidos economicamente têm melhores oportunidades ao ingressar no mercado de trabalho, posto que diferenças indicativas da qualidade dos postos de trabalho não sobressaíram na comparação entre os dois grupos. Ao contrário, observou-se uma vantagem do grupo A no que diz respeito ao quesito empregabilidade - entendida esta como a capacidade de obter emprego - pois, conforme anteriormente comentado, 90% de seus integrantes estavam trabalhando na ocasião. Todavia essa vantagem deve ser vista com cuidado, pois a menor empregabilidade do grupo dos indivíduos de maior renda pode não estar associada a dificuldade em obter emprego, mas a uma escolha, possível justamente em decorrência de sua condição econômica privilegiada. Não é incomum alunos de universidades privadas deixarem seus empregos no último semestre do curso para se dedicarem melhor a finalização do mesmo, mas é raro que um aluno oriundo de família de baixa renda possa fazer essa opção, pois muitas vezes seu salário já é maior do que o de seus pais.

5. CONCLUSÕES

A ausência de diferenças significativas entre as condições de inserção no mercado de trabalho dos respondentes de maior e menor renda, para a amostra pesquisada, permite que se elabore uma conclusão otimista quanto à possibilidade da educação ser equalizadora das condições de competição por postos de trabalho de qualidade, conclusão esta em linha tanto com a tese de Schultz acerca da importância da educação como determinante das oportunidades de inserção no mercado de trabalho e da remuneração recebida, quanto com estudos recentes de economistas que indicam o aumento da demanda por trabalhadores qualificados no Brasil (FERNANDES E MENEZES-FILHO, 2002). A constatação desse

aumento de demanda ajudaria a explicar o fato de que, independente da origem social e das eventuais vantagens que essa origem possa representar, a obtenção de instrução superior é um recurso importante para seu possuidor, valorizado pelo mercado de trabalho, que expressa essa valorização remunerando melhor seus detentores. Corroborando essa conclusão, o fato dos formandos investigados serem oriundos de uma IES considerada de excelência reforça a noção de que a educação (de qualidade) ao aumentar o valor dos prêmios salariais de seu possuidor, cria condições objetivas para a sua ascensão social.

Os resultados desse trabalho também podem contribuir para a ampliação do entendimento da relação entre formações universitárias específicas e inserção no mercado, pois conforme ressaltam Bartalotti e Menezes-Filho (2007), ao pesquisarem a relação entre o desempenho da carreira no mercado de trabalho e a escolha profissional dos jovens, há carência de estudos que acompanhem a escolha de ensino superior dos estudantes e sua trajetória no mercado de trabalho. De acordo com os autores “as bases de dados que propiciam acesso a microdados de estudantes, seu desempenho e características no momento da escolha do curso são escassas” (Bartalotti e Menezes-Filho, 2007, p:10). Essa constatação reforça o interesse dos autores do presente trabalho em dar continuidade ao levantamento anual de dados relativos à inserção no mercado de trabalho dos formandos e egressos do curso de Administração de Empresas, o que permitirá a elaboração de séries históricas e o acompanhamento mais detalhado dessa carreira, em particular.

Não obstante os resultados positivos observados, o contraste desses resultados com trabalho recente acerca da mesma temática (LEMOS DUBEUX e PINTO, 2008), exige ponderação no otimismo, pois, naquele caso, os resultados sugeriam a pertinência da tese de Bourdieu acerca da reprodução das desigualdades sociais. Para a amostra de formandos investigados na referida pesquisa, as condições de inserção no mercado de trabalho eram um pouco mais favoráveis para os indivíduos oriundos de famílias com maior capital econômico. Entende-se que a diferença entre as constatações relatadas reforça a importância de se aprofundar pesquisas capazes de explorar, ainda mais, as hipóteses orientadoras tanto do trabalho de Schultz quanto da pesquisa de Bourdieu. Para lograr esse objetivo, a construção de séries históricas é imperativa. Entende-se que a análise do conjunto de resultados de levantamentos consecutivos permitirá vislumbrar melhor as relações entre escolaridade e origem social, fornecendo subsídios importantes para a discussão do impacto desses fatores na empregabilidade e na mobilidade social de seus possuidores, tarefa essa a qual os autores pretendem se dedicar nos próximos anos. Não obstante as limitações do estudo, acredita-se

que seus achados possam motivar outros pesquisadores a iniciarem estudos análogos, ao chamar atenção para as relações entre educação, origem social e inserção no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

- BARTALOTTI, O.; MENEZES-FILHO, N. A. A Relação entre o desempenho da carreira no mercado de trabalho e as escolhas profissionais dos jovens. **Revista de Economia Aplicada**, v.11, p. 487-506, 2007.
- BOURDIEU, P. **La Distinction**. Madrid: Taurus, 1988.
- CARDOSO, A. M. Economia x Sociologia: eficiência ou democracia nas relações de trabalho? **DADOS**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, p. 45-82, 2000.
- CASTEL, R. **As Metamorfoses da questão social**: uma crônica do salariado. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CAMARGO, J. M.; ALMEIDA, H. **Human capital investment and poverty**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1994. (Texto para discussão, 319).
- FERNANDES, R.; MENEZES-FILHO, N. A. Escolaridade e demanda relativa por trabalho: uma avaliação para o Brasil nas décadas de 80 e 90. In: CHAHAD, J. P.; MENEZES-FILHO, N. A. **Mercado de trabalho no Brasil**: salário, emprego e desemprego numa era de grandes mudanças. São Paulo: Ltr., 2002.
- FERREIRA, F. **Os Determinantes da desigualdade de renda no Brasil**: luta de classes ou heterogeneidade educacional? Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2000. (Texto para discussão, 415).
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- FRIGOTTO, G. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 2001a.
- _____. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: GENTILI, Pablo; SILVA, Thomaz (Orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Petrópolis: Vozes, 2001b.
- GENTILI, P. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 2001.
- _____. O Conceito de empregabilidade. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE AVALIAÇÃO DO PLANFOR, 1999, São Carlos (SP). **Anais...** São Carlos: UNITRABALHO, 1999.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

KAZMIER, L. J. **Estatística aplicada à economia e administração**. 4. ed. São Paulo McGraw-Hill do Brasil, 2007.

LEMOS, A. H.C.; DUBEUX, V. J. C.; PINTO, M. C. S. Educação, empregabilidade e mobilidade social: convergências e divergências. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 372-384, jun. 2009.

LEMOS, A. H. C.; PINTO, M. C. S. Empregabilidade dos administradores: quais os perfis profissionais que vêm sendo demandados pelas empresas? **Cadernos EBAPE**, v. 6, n. 4, p. 1-15, dez. 2008.

LEVINE, D. M.; BERENSON, M. L.; STEPHAN, D. **Estatística: teoria e aplicações**. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

MACHADO, L. Educação básica, empregabilidade e competência. **Trabalho e educação**, Belo Horizonte, n. 3, p. 15-21, jan./jul. 1998.

MENEZES-FILHO, N.A.; FERNANDES; R.; PICCHETTI, P. Rising human capital but constant inequality: the education composition effect in Brazil. **Revista Brasileira de Economia**, v. 60, n. 4, p. 407-424, oct./dec. 2006.

PINSONNEAULT, A.; KRAEMER, K. L. Survey research methodology in management information systems: in assessment. **Journal of Management Information Systems**, v. 10, n. 2, p. 75-105, Autumn 1993.

RIFKIN, J. **O Fim dos empregos**. São Paulo: M.Books, 2004.

RODRIGUES, J. Da Teoria do capital humano à empregabilidade: um ensaio sobre as crises do capital e a educação brasileira. **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, n.2, p. 215-230, ago./dez. 1997.

SCHULTZ, T. **O Valor econômico da educação**. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

_____. **Investindo no povo**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

SOARES, R. R.; GONZAGA, G. **Determinação de salários no Brasil**: dualidade ou não-linearidade no retorno à educação? Rio de Janeiro: IPEA, 1997. (Texto para discussão, 38).

SOUZA, A. P. F.; SANTOS, A. T. L. A. Earnings inequality in Brazil: is it permanent or transitory? **Revista de Econometria**, v. 27, p. 261-286, 2007.

TAVARES, P.; MENEZES-FILHO, N. A. O Papel do capital humano na desigualdade de salários no Brasil entre 1981 e 2006. In: ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambú (MG). **Anais...** Caxambú: ABEP, 2008.